

A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES PEQUENAS: UM DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL INTERNACIONAL DA CIDADE DE MARAU, NO RIO GRANDE DO SUL

Gabriel Vieira de Macedo¹
Joséli Fiorin Gomes²

SINOPSE

A paradiplomacia se caracteriza pela atuação internacional de entes subnacionais, como cidades e estados. A atuação internacional municipal, apesar de oferecer grandes meios de fortalecer as políticas públicas, se concentra ainda nos grandes centros, onde a atividade internacional e a capacidade técnica se mostram mais presentes. O Brasil é um país de cidades pequenas: dos 5.568 municípios brasileiros, pouco mais de seiscentos passam dos 50 mil habitantes. Se os efeitos das relações internacionais estão cada vez mais presentes no dia a dia do cidadão, por que a ação internacional se desenvolve mais apenas nos grandes centros? Diante disso, esta pesquisa busca analisar a possibilidade de uma inserção internacional por parte de um município de pequeno porte, a partir do estudo de caso da cidade de Marau, no noroeste do Rio Grande do Sul. Para isso, buscou-se analisar os elementos funcionais e estruturais do município, aos moldes de Daniel Villarruel, para, assim, encontrar o chamado Interesse Local Internacional (ILI), ou seja, o potencial internacional local, diante das oportunidades observadas e das limitações geográficas, legais e políticas tidas.

Palavras-chave: paradiplomacia; Interesse Local Internacional; internacionalização; cidades pequenas; Marau.

ABSTRACT

Paradiplomacy may be characterized as the international activity performed by subnational governments, such as cities and states. The international action of cities, despite offering great means to strengthening public policies, is still concentrated in the large cities, where technical capacity and international activity are more present. However, Brazil is a country of small towns: of the 5,568 Brazilian municipalities, just over 600 exceed 50 thousand inhabitants. If the effects of international relations are increasingly more present in citizens' everyday life, why are subnational governments' international actions still so concentrated in large cities? This paper aims to analyze the possibility of an institutionalized international engagement by a small town, based on a study case for municipality of Marau, located in the northwest of the State of Rio Grande do Sul. Following the approach proposed by Daniel Villarruel, the structural and functional elements of the city are analyzed, as to find the international local interest, that is, the local international potential based on the observed opportunities as well as the geographical, legal, and political limitations.

Keywords: paradiplomacy; Local International Interest; internationalization; small cities; Marau.

JEL: F59; H77; H79.

Artigo recebido em 23/6/2023 e aprovado em 29/9/2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi37art7>

1. Bacharel em relações internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e pesquisador externo do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (Geipri) da UFSM. *E-mail:* gabriel_vmacedo@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2209-3987>.

2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da UFSM; colíder do Geipri da UFSM; e doutora em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* joselifg@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4908-9598>.

1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional sofreu alterações em suas dinâmicas, em face de um cenário cada vez mais conectado e interdependente, pluralizando a quantidade de vozes e interesses presentes nesse sistema. Junqueira (2019) define essa situação como resultante da crise do Estado-nação, que deixou de ser o ator quase exclusivo das relações internacionais, diante da crescente influência exercida por variados atores, como empresas transnacionais, organizações não governamentais (ONGs), entes governamentais não centrais, entre outros. Um dos fenômenos observados nesse processo é a paradiplomacia, considerada a inserção internacional de entidades subnacionais, como municípios, estados, regiões, províncias etc. (Ribeiro, 2009). A agenda internacional de municípios pode envolver cooperação técnica e/ou econômica, busca por financiamentos e investimentos externos, participação em redes internacionais de governos locais, promoção de cultura, turismo e/ou boas práticas, entre outras (Froio e Medeiros, 2020).

Apesar de a paradiplomacia ser um fenômeno emergente nas relações internacionais, na realidade brasileira ela ainda se concentra nos grandes centros, como capitais estaduais ou cidades de grande porte. No entanto, o Brasil é um país composto majoritariamente por pequenas cidades: dos 5.568 municípios brasileiros (além do distrito de Fernando de Noronha, Pernambuco, e de Brasília, Distrito Federal), pouco mais de seiscentos possuem mais de 50 mil habitantes.³

São múltiplas as causas, segundo Alvarez (2021), que levam uma municipalidade a se lançar a relações externas, como fatores externos (por exemplo, impulsos decorrentes da globalização, enfrentamento de crises econômicas, tomada de consciência do cenário contemporâneo de interdependência), fatores ocasionados pelo próprio Estado-nação (o atendimento a demandas de participação em regimes democráticos, a descentralização de poderes e competências, a abertura econômica) e fatores internos (como a situação de afastamento dos poderes centrais em localidades fronteiriças, a emulação de experiências alheias para atrair investimentos externos e anseios separatistas). No que se refere a cidades pequenas, especificamente, de acordo com Clausen (2022), as razões que explicam sua inserção global parecem dizer respeito a manter e/ou aprofundar laços histórico-culturais entre suas populações ou a buscar condições de melhor explorar especialidades locais a partir do estabelecimento de parcerias com outras cidades que dialoguem com essas expertises. Porém, tendo em vista que esses fatores condicionantes variam muito de localidade para localidade, a literatura especializada ainda não conseguiu generalizar, consensualmente, as principais causas de ação externa dos entes subnacionais (Schiavon, 2019). Uma vez que investigar a atuação internacional de mais de 5 mil cidades demandaria um esforço de pesquisa de campo impraticável, este artigo se concentra em um caso, buscando entender a possibilidade e a capacidade, além dos limites, de uma cidade de pequeno porte em aderir a um projeto de internacionalização.

Utiliza-se, para isso, um estudo de caso da cidade de Marau, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na microrregião de Passo Fundo. A pesquisa foi realizada com base no método indutivo, com entrevistas semiestruturadas com os principais membros da gestão pública: os vereadores eleitos no pleito de 2020; os secretários do Poder Executivo; e os membros do Gabinete do Prefeito, incluindo o próprio; além de pesquisa bibliográfica complementar. Buscou-se, dessa forma, investigar quais esforços de atuação internacional já haviam sido feitos no município e, também, entender quais

3. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/marau/panorama> e https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20230710.pdf.

são as dinâmicas específicas da política marauense, para que, se possível, possam ser feitas colocações e direcionamentos para um possível projeto de internacionalização.

A preocupação com a leitura adequada das prioridades e dinâmicas políticas do município se dá pela tentativa de realizar o diagnóstico do chamado Interesse Local Internacional (ILI), proposto por Villarruel (2016), que se caracteriza pela identificação das prioridades, oportunidades, vantagens comparativas e elementos-chave do município. A ideia é ter um processo de internacionalização fidedigno à realidade, evitando modelos prontos que possam ser rejeitados pela gestão.

2 A PARADIPLOMACIA E O ILI

O debate a respeito da paradiplomacia começa nos anos 1960 e 1970, com as viagens ao exterior de comissões locais em busca, principalmente, de investimentos e da promoção do turismo (Duchacek, 1987). Tais movimentos surgem a partir da pressão de grupos na base da hierarquia política, ou seja, por demanda de atores não ligados ao Estado e à política externa nacional. Segundo Soldatos (1990), a coordenação (ou ausência dela) com o governo central é um dos motivos para a atuação internacional diversa, levando à desconfiança de que a atividade subnacional se choca com os objetivos da política externa do país. Uma vez que o processo de atuação internacional desses grupos não é igualitário ou mesmo coeso, espera-se que as atividades variem não só nas temáticas, mas nos objetivos, podendo haver aqueles que firmam a soberania estatal (Cornago, 2010). É por isso que há, como lembra Junqueira (2017), um grande debate conceitual acerca do fenômeno, buscando denominações mais específicas para cada processo, discussão que não será o enfoque deste artigo.

O crescimento da paradiplomacia se deu a partir da criação de um mundo cada vez mais interconectado, demonstrando as características daquilo que Keohane e Nye (2011) chamam de interdependência complexa. O fenômeno, segundo os autores, se define como uma conexão crescente entre os atores internacionais, criando situações cujos efeitos são recíprocos entre os envolvidos. Esse fluxo de informações e experiências não é, necessariamente, um processo uniforme, podendo haver resistências a ideias externas, em especial aquelas que questionem o *status quo* (Oliveira e Pal, 2018), sendo recomendável um diagnóstico local, que compreenda as dinâmicas e os valores que regem a comunidade local e quais estratégias e mudanças devem ser feitas para obter adesão a um processo internacional.

É a partir dessa investigação local que Villarruel (2016) desenvolve a ideia de ILI, que almeja a identificação de prioridades, oportunidades, vantagens e elementos-chave do governo não central analisado. O autor elenca elementos funcionais (geografia, riqueza, população e cultura), com capacidade de priorização e potencialização internacional, e elementos estruturais (marco legal, desenho institucional e vontade política), que apoiam e protegem os funcionais. Além disso, Villarruel *et al.* (2020) propõem diferentes níveis de institucionalização das ações internacionais, permitindo uma classificação do município e oferecendo uma análise dos esforços já feitos e uma direção para a construção de um projeto posterior. A importância de um diagnóstico aos moldes do ILI de Villarruel (2016) não é, portanto, apenas identificar as possíveis resistências que a internacionalização pode vir a enfrentar, mas garantir que ela é, em primeiro lugar, adequada à realidade local. Segundo o referido autor, a paradiplomacia terá seu potencial atendido quando o governo subnacional elaborar um programa integral e uma estratégia de longo prazo, com os seus elementos diferenciadores delimitados, permitindo a potencialização das suas vantagens e o estabelecimento adequado de prioridades.

Isso permite que o processo se dê de maneira segura e condizente, evitando frustrações, gastos, perdas políticas e o enfraquecimento do setor internacional perante a gestão pública.

3 A CIDADE DE MARAU

Emancipada em 28 de fevereiro de 1955, Marau é uma cidade localizada no planalto médio do Rio Grande do Sul, no noroeste do estado, na microrregião de Passo Fundo. Com 45.126 habitantes, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma área territorial de 649.770 km² e densidade demográfica de 69,45 habitantes por quilômetro quadrado.⁴ Até quase metade do século XIX, a região era totalmente habitada pelos índios Kaingang, cuja harmonia com os colonos, posteriormente, passou a variar entre momentos de paz e de hostilidade, com saque de lavouras e confronto direto (Bernardi, 2018). O líder do grupo era justamente um cacique de nome Marau.

Em 1845, membros da Guarda Nacional, junto de moradores de Passo Fundo, adentraram o território, com o objetivo de livrar a região do domínio indígena (Bernardi, 1992). O conflito se deu às margens de um rio: “Da refrega que houve entre brancos e índios resultou a morte do temível cacique Marau. E o rio às margens do qual se travou a luta passou a se denominar rio Marau” (Bernardi, 1992, p. 13). Com o tempo, a região foi ocupada por famílias de caboclos e de imigrantes alemães e, a partir de 1904, por famílias italianas.

Com o rápido crescimento do povoado, Marau foi elevada à categoria de quinto distrito de Passo Fundo, por meio do Ato Municipal nº 258, no dia 10 de janeiro de 1916 (Bernardi, 1992). Na época, já demonstrava grande desenvolvimento econômico, havendo, ainda na década de 1920, início de atividade industrial. Em 1929, a paróquia da cidade contava com quase 1 mil famílias: cerca de setecentas italianas e trezentas brasileiras (Fripp, s.d). Tais fatos deram embasamento, em 1948, à ideia da emancipação do doutor Elpídio Fialho, na época presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo. A iniciativa resultou em um plebiscito, realizado em setembro de 1949, com resultado favorável à emancipação marauense, porém cassado, por conflitos legais, pelo Tribunal do Estado. A consulta foi refeita em dezembro de 1953, novamente com resultado positivo, vindo a tornar-se realidade por meio da Lei 2.550, de 18 de dezembro de 1954, sancionada pelo então governador Ernesto Dornelles. A instalação oficial do município se deu em 28 de fevereiro do ano seguinte (Bernardi, 2018).

A análise do caso de Marau busca observar o exercício da paradiplomacia a partir de uma cidade considerada, segundo o IBGE (Ipea, IBGE e Unicamp, 2002), de pequeno porte, por possuir menos de 50 mil habitantes. É fato que a presença internacional subnacional é ainda recente no Brasil (Ribeiro, 2009), porém se percebe um crescente interesse na área e a possibilidade de internacionalizações mais fluidas no setor público, haja vista a demanda interna de um setor privado cada vez mais participante nas dinâmicas da globalização e da interdependência (Macedo, 2022).

A metodologia utilizada no estudo, baseada em entrevistas semiestruturadas, manifesta uma preocupação em avaliar o conhecimento e a percepção desse fenômeno pelos atores locais, buscando entender se Marau faz parte daquilo que Faria (2018, p. 9) denomina um “descompasso com o cada vez maior entrelaçamento entre o doméstico e o internacional” e a “falta de sensibilidade dos

4. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/marau/panorama>.

analistas das políticas em relação à importância das variáveis extranacionais”. Assim, as entrevistas se deram com os responsáveis pela gestão pública do município, ou seja, os detentores de cargos nos poderes Legislativo e Executivo.

Preferiu-se entrevistar os principais atores de cada área, sendo, no Legislativo, os nove vereadores eleitos, em 2020, para a gestão 2021-2024; e, no Executivo, os responsáveis pelas dez secretarias do município, ou seja, os(as) secretários(as). São elas: Secretaria de Fazenda, Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Secretaria de Cidade, Segurança e Trânsito, Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e Secretaria de Saúde – além dos membros do Gabinete do Prefeito, sendo eles a procuradoria jurídica, a chefia de gabinete, a gestão de planejamento, captação e meio ambiente, o vice-prefeito e o próprio prefeito (Macedo, 2022). A pedido de alguns entrevistados, outras pessoas (em sua maioria, assessores) participaram das conversas. Estas foram gravadas (com exceção de uma pessoa, que preferiu responder por escrito) e posteriormente transcritas, autorizadas mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garantiu a legitimidade do processo e também o anonimato dos participantes, identificados apenas pelo cargo (Macedo, 2022). A pessoa responsável pela procuradoria jurídica do município escolheu não assinar o termo, sendo a sua entrevista descartada. Totalizaram-se, então, 23 entrevistas, mas 28 entrevistados. As conversas foram realizadas entre julho e setembro de 2021.

Em relação ao conteúdo, as perguntas se iniciaram em temas mais amplos, seguindo em direção a questões mais específicas sobre ações internacionais na gestão pública. Nesse sentido, tratou-se das prioridades do atual governo, para compreender qual sua ótica de definição quanto a elas, quais seriam os participantes envolvidos, quais seriam os indicadores e parâmetros utilizados, qual o nível de intersetorialidade nessas prioridades, qual a projeção e/ou duração dos projetos e qual a influência do cenário internacional para a construção de projetos e políticas públicas em Marau. Em seguida, acerca do histórico paradiplomático de Marau, perguntou-se a opinião ou o conhecimento do entrevistado sobre o papel do município internacionalmente e quais programas já foram desenvolvidos na cidade. Se houvesse ciência de ao menos um projeto internacional da cidade, eram feitas outras seis perguntas para investigar a natureza desse(s) – promoção, captação de recursos, cooperação técnica ou irmanamento, participação em redes internacionais, alinhamento a padrões internacionais, estrutura institucional com responsabilidades internacionais –, e, em caso de resposta negativa com relação à existência de projeto internacional realizado pelo município, questionava-se também o interesse quanto à possibilidade de serem elaborados e executados projetos nesta seara. Caso o entrevistado não demonstrasse compreensão ou certeza da existência de nenhum projeto, tais questões não se colocavam.

Ressalta-se o uso das entrevistas para análise não só das dinâmicas internas da gestão pública local nos setores escolhidos, mas também da interação desses entre si. Dos diversos atores que podem influenciar (e influenciam) as políticas públicas (associações, conselhos, entidades, empresas, sindicatos, entre outros), muitas relações acabam se dando em âmbitos quase ou totalmente privados, com demandas que não necessariamente são levadas à luz do público. Assim, o estudo do funcionamento interno do Executivo e do Legislativo, poderes obrigatoriamente mais transparentes (embora não totalmente), permite observar a atuação dos representantes do povo e suas ferramentas de percepção da demanda popular – e, assim, da democracia –, bem como a execução destas enquanto realidade

nos trâmites intersetoriais, em que a prefeitura depende dos vereadores e vice-versa, graças à crescente preocupação do novo gerencialismo público em relação à credibilidade, à eficiência e à racionalidade das ações dos atores públicos (Souza, 2006).

Isso vai ao encontro das variáveis apresentadas por Villarruel (2016), principalmente nos elementos estruturais – visto que a vontade política, por exemplo, é de difícil mensuração – e na percepção da gestão pública acerca dos elementos funcionais, ou seja, de quanto o poder público consegue enxergar a realidade municipal e as oportunidades de internacionalização nela presentes. Por fim, entende-se que as entrevistas também oferecem um norte a ser traçado em termos de atuação internacional, ao buscar entender quais as prioridades políticas e as dinâmicas de definição dessas, oferecendo, assim, a possibilidade de um plano paradiplomático fidedigno não só ao perfil do município, mas aos princípios da gestão.

3.1 Elementos funcionais

3.1.1 Geografia

Marau possui área com altitude média de 650 metros – estando a área urbana a 534 metros – e terreno acidentado ao leste, com aclives e até mesmo penhascos, tornando-se uma planície ondulada ao oeste (Bernardi, 2018). Todas as suas fronteiras são com outros municípios gaúchos (Camargo, Ernestina, Gentil, Ibirapuitá, Nicolau Vergueiro, Passo Fundo, Santo Antônio do Palma e Vila Maria), não fazendo divisa, portanto, com outros estados ou países.

O município é cortado por três rios: o Marau, que deságua no Capingui; o Capingui, que deságua no Guaporé; e o rio Jacuí, que abastece a barragem de Ernestina (Bernardi, 2018), nenhum deles com potencial navegável. Por vias aéreas, o aeroporto mais próximo é o Aeroporto Lauro Kurtz, em Passo Fundo, a cerca de 35 km. A principal via de acesso é a rodovia RS-324, que une Marau a Passo Fundo (ao norte) e a Vila Maria (ao sul). As demais cidades fronteiriças são ligadas por estradas não pavimentadas no meio rural. Por fim, a cidade se localiza a 269 km da capital do estado, Porto Alegre, a 1.037 km de São Paulo, a 1.425 km do Rio de Janeiro e a 1.879 km de Brasília (Macedo, 2022).

3.1.2 Riqueza

Em 2020, Marau registrou um produto interno bruto (PIB) *per capita* de R\$ 49.638,88. Quanto ao orçamento público, os dados de 2017 do IBGE registram um total de mais de R\$ 130 milhões em receitas, contra cerca de R\$ 120 milhões em despesas. Em termos de receitas, o município ocupa a 58ª posição no estado e a 651ª no país.⁵

A cidade tem mais de 1.170 estabelecimentos no setor de agropecuária, 1.300 estabelecimentos do setor de serviços e mais de oitocentos no setor comercial.⁶ Quanto ao setor industrial, a Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Marau (Acim) registra 72 empresas associadas do setor de indústria, havendo, no entanto, empresas que não são associadas à instituição.⁷ Na pecuária, Marau ocupa o primeiro lugar no *ranking* de municípios gaúchos em relação ao efetivo

5. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/marau/panorama>.

6. Disponível em: <http://www.expomarau.com.br/a-feira/a-cidade-de-marau>.

7. Disponível em: <http://www.acim-marau.com.br/acim/empresas-associadas>.

de rebanho de galináceos e o 12º lugar no *ranking* acerca da quantidade de leite produzida. Já na produção agrícola, o destaque é a produção de soja, sendo o 33º maior produtor do Rio Grande do Sul.⁸ Marau registrou, em 2022, exportações notáveis de couro (preparado e não preparado), com valores de quase US\$ 15 milhões, em materiais de ferro, ferro fundido e aço, totalizando pouco mais de US\$ 2 milhões, e em maquinário para agropecuária, também totalizando pouco mais de US\$ 2 milhões.⁹

3.1.3 População

Conforme os dados do Censo 2022, Marau conta com 45.126 habitantes, com densidade demográfica de 69,54 habitantes por quilômetro quadrado. Ainda em 2010, o IBGE apontava uma taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos de 94,5%, número mantido no último censo, contando, segundo dados de 2021, com dezessete escolas de ensino fundamental e quatro de ensino médio – duas particulares e duas estaduais. Os dados de 2021 mostram 18.872 pessoas ocupadas no município, com salário médio mensal de 2,4 salários mínimos.¹⁰ A economia do município atraiu, nos últimos anos, migrantes haitianos e senegaleses (Bernardi, 2018), além de venezuelanos – diante da crise econômica vivida na Venezuela – e pessoas de outras regiões do Brasil.

3.1.4 Cultura

Marau, assim como várias outras cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, possui forte vínculo cultural e histórico com os imigrantes italianos, fato que é lembrado nas celebrações municipais, como a Festa Italiana de Marau, que já teve 33 edições, com duração aproximada de mais de um mês cada uma. Tal evento, em suas edições recentes, sempre conecta algumas das atividades com a cidade-irmã de Marau, Isola Vicentina, na Itália. Há o destaque nessa festa para o Festival do Salame, que já contou com dez edições e tem duração de três dias, atraindo tanto a população local quanto turistas. O turismo local também aprecia a história da colonização italiana, como observado nas atrações da Rota das Salamarias e do Caminho das Águas e Sabores, que incluem belezas naturais e pontos gastronômicos de culinária local.

Outro pilar dos costumes locais é a cultura tradicionalista sul-rio-grandense, marcada pelas atividades dos Centros de Cultura Gaúcha (CTGs) Felipe Portinho e Sentinelas do Pago. Exemplos disso são o município sediar etapas do Encontro de Artes e Tradição Gaúcha (Enart) e a realização do Rodeio Internacional de Marau. Já a presença histórica de indígenas pouco influencia na cultura local, não havendo grandes iniciativas de qualquer levantamento histórico quanto ao assunto, para além dos conflitos mencionados.

Em relação a eventos, Marau também organiza, a cada dois anos, a Expomarau, que reúne representantes da economia local para exposição e realização de negócios. É realizada, atualmente, pela Acim e pelo Conselho Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Marau (Comaam). A cidade também recebeu, em 2022, o 5º Congresso Internacional de Folclore, promovido pela Universidade de Passo Fundo.¹¹ Outro fato digno de menção é a cultura do karatê na cidade,

8. Informações sobre estabelecimentos e produção disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/marau/panorama>.

9. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>.

10. Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/marau/panorama>.

11. Disponível em: <https://www.upf.br/noticia/vem-ai-o-5-congresso-internacional-de-folclore>.

considerada a capital estadual do karatê, com participação de atletas no 21º Campeonato Mundial ITKF de Karatê Tradicional (Atletas..., 2022).

Embora tais eventos sejam promovidos ou tenham apoio da prefeitura, nenhum deles parece fazer parte de uma estratégia maior de promoção do município, principalmente a nível internacional. As festividades se dão com um foco local, de influência na região, mesmo as que possuem título internacional. No conhecimento da gestão, a ideia de promover o município também não parece estar presente. No Legislativo, seis respostas vincularam tal objetivo ao irmanamento com Isola Vicentina. A exceção se deu com os entrevistados nºs 7, 8 e 9 que, juntos, afirmaram que a ascensão das políticas marauenses se davam, principalmente, em nível regional, no máximo nacional. Já no Executivo, houve duas respostas afirmativas que discorreram acerca da produção de materiais de divulgação em inglês, sendo a primeira do entrevistado nº 14.

Sim, há (...) Inclusive, em fase de elaboração, um anuário local, onde ele (...) seria transcrito em duas línguas, na nossa e no inglês, com todas as potencialidades, a exposição das nossas potencialidades em todas as áreas, né. Sempre houve materiais, sejam eles de divulgação, de informações turísticas, mas agora ele seria um pouco maior, porque ele tem uma associação com outro planejamento estratégico de desenvolvimento econômico, que está também em fase de elaboração, né. Sempre que há essas programações via *gemellaggio* ou até outros visitantes, de outras nacionalidades, que estão na cidade, a trabalho, nessas empresas e que recebem a visita (...) visitam aqui o município, sempre também recebem esse material, realmente porque temos que estar acompanhando e de portas abertas para toda e qualquer divulgação mesmo do nosso município, dos aspectos positivos (Macedo, 2022, p. 174).

E a segunda, do entrevistado nº 25.

O município produziu alguns materiais e ele buscou algumas formas de visibilidade, né, através de feiras principalmente, onde o município levou seu nome, uma feira nos Estados Unidos, outra na China, se não me engano, e são projetos que foram criados, enfim, foram manifestados para tentar criar uma relação com algo ou com alguma instituição de fora, tá? (Macedo, 2022, p. 220).

Além dessas, houve outras sete respostas sobre promoção internacional do município, entre as quais quatro respostas positivas e três negativas, havendo, ainda, entre estas, seis indicações de interesse em expandir ações internacionais (Macedo, 2022).

3.2 Elementos estruturais

3.2.1 Jurídico

A discussão jurídica é recorrente no âmbito da paradiplomacia, visto que a Constituição Federal, apesar de não proibir diretamente os municípios e estados de atuarem internacionalmente, deixa claro que as matérias de política externa são reservadas à União. No entanto, como ressaltado por Laisner e Simini (2017), a Constituição Federal de 1988 conferiu aos municípios uma maior autonomia, diante da descentralização e da redistribuição de poderes. Os referidos autores ainda adotam uma interpretação de Constituição Dirigente, na qual a constituição não é apenas um instrumento que dita competências e regula procedimentos, mas um documento que traça fins e objetivos para o Estado, como um programa de ação. Desse modo, a paradiplomacia seria entendida como um meio de fazer valer os princípios basilares da Carta, como a melhoria da qualidade de vida via políticas públicas de qualidade. A União, inclusive, parece agir de acordo, não estimulando, mas tolerando

movimentos internacionais de estados e municípios, já que esses oferecem recursos e políticas benéficas à população, aliviando a dependência que tais entes têm da União.

Em análise da questão jurídica referente a Marau, percebemos que o município apresenta leis de cunho internacional somente quando relacionadas ao irmanamento existente com a cidade italiana de Isola Vicentina, conhecido como *gemellaggio*. Estabelecido pela Lei nº 4.840, de 22 de agosto de 2012, o acordo celebra o vínculo cultural e histórico entre os povos, além de proporcionar trocas de experiências entre as localidades. As comemorações são, geralmente, anuais, acontecendo cada ano em uma cidade, participando também Mühlhausen, cidade-irmã de Isola Vicentina, considerada coirmã de Marau.

§ 2º O presente Ato tem como objetivo o intercâmbio cultural, turístico, industrial, comercial e social entre os municípios de Marau, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e o município de Isola Vicentina, situada na província de Vicenza, Itália.

Art. 2º O município de Marau, congregará associações, escolas, entidades, empresas, dentre outros, a fim de facilitar as trocas de experiências propostas no referido Ato (Marau, 2012).

Contudo, nota-se também uma imprecisão do papel do *gemellaggio* e quais projetos nele são desenvolvidos. Verificou-se que, na esfera legal, há apenas a designação da comissão pró-*gemellaggio* e declarações de hóspedes oficiais do município em viagens ou recebimento de comissões da Itália e/ou da Alemanha. A exceção é a Lei nº 5.166, de 2015, que dispõe acerca do Programa de Intercâmbio Cultural, em que cada escola escolheu um aluno com base em “critérios qualitativos e quantitativos, como notas, comportamento, responsabilidade, frequência, participação, cooperação” (Marau, 2015) para participar, totalizando ao todo dez alunos. Destes, quatro foram sorteados para passar de oito a doze dias em Isola Vicentina, hospedados pelas famílias locais, e assistir a aulas da rede municipal da cidade italiana e realizar atividades extracurriculares (Macedo, 2022). Não há, no entanto, registro de esse programa ter tido mais de uma edição.

3.2.2 Institucional

Não há registros de algum órgão específico para a área internacional na administração atual ou nas anteriores. No processo de entrevista, a pergunta sobre a existência de área internacional no âmbito da institucionalidade municipal foi colocada a dezesseis entrevistados, dos quais quatorze responderam negativamente – não há ou não sabem dizer se há. Desses, treze responderam possuir interesse na criação de tal órgão. Segundo dois entrevistados, a responsabilidade do contato com o plano internacional, inclusive no *gemellaggio*, se dá pelo Gabinete do Prefeito, em específico pela chefia de gabinete (Macedo, 2022).

Não há uma estrutura específica para relações internacionais. Eu, na condição de chefe de gabinete, sou a responsável pelo município, é (...) pelas relações públicas, digamos assim, e nela, uma vez que falo a língua italiana, acabo assumindo também essa representatividade dentro da comissão do *gemellaggio* e essa comunicação com a cidade italiana, mas um departamento específico para isso não há e, enfim, poderia se pensar (Macedo, 2022, p. 175).

Das duas respostas positivas, uma citou um processo de consultoria realizado pelo Programa de Qualificação para Exportação (Peiex), em parceria com a Universidade de Passo Fundo. Tal processo, no entanto, contou com apoio apenas da prefeitura e teve enfoque no setor privado, visando qualificar as empresas para atuarem no mercado externo (Macedo, 2022). Já a outra resposta positiva recebida,

por sua vez, citou o Comitato Vêneto do Estado do Rio Grande do Sul (Comvers), do qual faz parte a Associação Marauense de Cultura Italiana, remetendo às atividades do *gemellaggio* (Macedo, 2022).

3.2.3 Política

Politicamente, não há registros de compromissos políticos com a questão internacional para além do *gemellaggio*. O plano de governo da gestão eleita na eleição municipal de 2020 não menciona questões internacionais em nenhum momento, com exceção da meta de manter os índices educacionais que garantiram o título de cidade educadora.¹² Obtido em 2019, após um processo de adesão, intermediado pelo Programa UniverCidade Educadora da Universidade de Passo Fundo, o título é atribuído pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (Aice), e se deu a partir da concordância para com uma

carta de princípios que orienta os rumos pactuados em cada cidade, respeitando suas identidades singulares e suas características históricas e culturais. A carta prevê, dentre outros aspectos, a revitalização dos espaços públicos, o foco na formação das crianças e dos jovens, um plano municipal amplo de educação e a democratização dos bens culturais (Marau..., 2019).

Nas entrevistas, percebe-se um conhecimento parcial e uma falta de consenso acerca da influência e da presença do plano internacional na política marauense. No Legislativo, quando questionados acerca da busca do internacional (troca de experiências, cooperação e/ou financiamentos internacionais) na proposição da política pública, seis responderam que tais processos existiam, citando experiências diversas, como viagens, participação em eventos, inspiração em *cases* de sucesso e, principalmente, o *gemellaggio* (Macedo, 2022). Já no Executivo, das quatorze entrevistas realizadas, foram registradas doze respostas positivas, sendo as negativas referentes a situações em que o entrevistado preferiu mencionar somente o trabalho específico da sua secretaria, não de todo o Executivo (Macedo, 2022). Sobre a existência de um projeto de fato, houve aumento de respostas negativas, passando para seis, mesmo quando se falava do trabalho de toda a gestão.

3.2.4 Atividades

Entre as atividades internacionais consolidadas das quais Marau faz parte, a mais significativa é o acordo de irmanamento já mencionado, referido como *gemellaggio*, e a participação na rede de cidades educadoras. O primeiro, além da celebração cultural citada, cria um canal permanente com o exterior, que parece oferecer uma troca de experiências que influencia na política pública marauense, como é o caso da substituição de quebra-molas por lombadas eletrônicas, como mencionado por um dos entrevistados: “essa experiência das lombadas eletrônicas eu trago dessa viagem que eu tive à Itália, que lá tu não passa por um quebra-mola, Itália e Alemanha, então, quer dizer, a evolução das pessoas lá na questão de conscientização, de educação no trânsito, de trabalho” (Macedo, 2022, p. 210).

A participação na rede cidades educadoras, no entanto, ainda não parece ter resultado em cooperação internacional mais sólida, sendo citadas algumas trocas de experiências com equipes de Portugal e a presença em seminários internacionais, porém com desempenho afetado pela pandemia de covid-19 (Macedo, 2022). Em 2022, Marau chegou a sediar o III Encontro das Cidades Educadoras, mas com presença apenas de cidades brasileiras, mais especificamente da região.¹³

12. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/87378/426/candidatos/387667/5_1600464505521.pdf.

13. Disponível em: <https://www.upf.br/comunicacao/noticia/encontro-regional-discute-sobre-as-cidades-educadoras-em-marau>.

Já em relação a atividades mais esporádicas e menos institucionalizadas, são citadas algumas visitas a feiras e viagens do prefeito e do vice-prefeito aos Estados Unidos e a Israel, sem indicativo do ano em que ocorreram ou o objetivo que tiveram (Macedo, 2022). Além disso, houve a assinatura, por parte do prefeito de Marau, do Termo de Operação (organizado pelo Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – Granpal, Federação das Associações de Municípios do Estado – Famurs e a Associação Gaúcha de Consórcios Públicos – AGCONP) para compras de vacinas, diante da demora da organização do esquema de vacinação por parte do governo federal (Marau..., 2021), fato esse não mencionado nas entrevistas. Em suma, a falta de uma estratégia internacional sólida, e até mesmo de um entendimento geral de quais ações internacionais foram feitas e quais seus objetivos, é notável, principalmente na alternância de respostas e no fato de sete das 23 entrevistas realizadas indicarem não haver nenhum projeto internacional em Marau.

4 DIAGNÓSTICO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, busca-se classificar Marau dentro das categorias de Villarruel (2016) acerca da institucionalização das ações internacionais de um governo não central, conforme a seguir descrito.

- 1) Sem presença internacional, quando não há ações.
- 2) Presença internacional intermitente, quando há viagens, visitas, atividades de promoção e vínculos de irmanamento.
- 3) Ações de gestão internacional, quando possui delegações no exterior, atenção a comunidades no exterior, cooperação internacional conjuntural, assinatura de acordos e convênios e cooperação transfronteiriça.
- 4) Interesse local internacional, em que há cooperação interregional, associacionismo político, presença em redes mundiais e organismos intergovernamentais, cooperação para desenvolvimento, participação em processos de integração supraestatal e cooperação transfronteiriça.

Pelo que foi observado, Marau cumpre os requisitos do nível dois, registrando viagens esporádicas de pessoas da gestão e algumas atividades de promoção do município e tendo seu grande elo internacional no irmanamento com a cidade italiana de Isola Vicentina. Apesar da participação na rede de cidades educadoras, é visível que o intercâmbio internacional com tais atores ainda é tímido. Contudo, Marau segue a tendência da maioria das cidades de pequeno porte no que remete ao plano internacional, sendo, no entanto, marcante o interesse que a gestão demonstrou em expandir as ações internacionais ou em aderir a processos ainda não realizados na cidade, o que é terreno fértil para a instalação de um projeto de internacionalização.

Nesse âmbito, percebe-se a necessidade de maior alinhamento entre os poderes Legislativo e Executivo para uma conscientização da gestão pública acerca da paradiplomacia e para o fortalecimento posterior dos elementos estruturais municipais, para então elaborar uma estratégia de inserção internacional com base nos seus elementos funcionais. Exemplos possíveis são a coordenação de atividades com outros órgãos locais de relações internacionais, como a Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do Rio Grande do Sul (Serfi) ou o escritório regional do Itamaraty no estado, o chamado Escritório de Representação no Rio Grande do Sul (Eresul). Cabe, ainda, o fortalecimento do marco legal, como sugerido pelo guia da Confederação Nacional de Municípios (CNM), intitulado *Atuação Internacional Municipal: estratégias para gestores municipais*

projetarem mundialmente sua cidade, pela criação de um projeto de lei se “autorreconhecendo” como ator internacional, instituindo, por iniciativa do Legislativo, na Lei Orgânica do Município, emendas que atribuam às funções municipais também o desenvolvimento de atividades internacionais (CNM, 2008).

Ainda segundo a CNM (2008), uma vez amparado juridicamente, o município tem a capacidade de definir uma estrutura institucional com responsabilidades internacionais, sugerindo, em casos de cidades pequenas, um “grupo mínimo de técnicos (podendo ser de um integrante) com um órgão de baixa autonomia (ligado preferencialmente ao Gabinete do Prefeito ou à Secretaria de Planejamento)” (CNM, 2008, p. 94). A ideia é centralizar a área internacional, a fim de garantir o potencial transversal das relações internacionais, entendendo o setor como meio e não como fim. Ou seja, a arena internacional pode influenciar e agregar aos projetos das diversas áreas da administração municipal. Um possível desafio para Marau está na capacitação técnica, haja vista a sugestão da CNM (2008) de contratar profissionais “de elevada qualificação, com experiência internacional, domínio de outros idiomas e, preferivelmente, com formação em relações internacionais” (CNM, 2008, p. 95), algo que a própria instituição reconhece como difícil. No caso marauense, a ausência de cursos de graduação e pós-graduação em relações internacionais nas universidades da região, assim como a mencionada falta de compreensão total da gestão pública acerca das ações internacionais já desenvolvidas – que se limitam, principalmente, à cidade italiana de Isola Vicentina, pelo fato de a chefe de gabinete falar italiano –, evidenciam um desafio na elaboração de estratégias efetivas de maior inserção internacional.

Em termos orçamentários, supondo a criação de um cargo atrelado ao Gabinete do Prefeito, o plano plurianual (PPA) do município, instituído pela Lei nº 5805/2021, prevê um aumento de pouco mais de 100% para a “manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito” entre os anos de 2022 e 2025, embora a maior parte desse aumento se dê entre 2022 e 2023, sendo a diferença entre 2023 e 2025 de apenas 6%.¹⁴ Uma vez que o município opera, de acordo com as análises contidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023, Lei nº 6.043/2022, em superávit e com receitas totalizando valores superiores às metas estabelecidas,¹⁵ julga-se possível a designação de verbas para a institucionalização de um setor internacional, mesmo que modesto e com equipe reduzida. Há, no entanto, dificuldades em dimensionar o quanto o interesse apurado nas entrevistas se traduziria na prática, diante das dinâmicas específicas do setor público e do próprio partido em exercício.

Exemplo disso se dá na fala do entrevistado 1 – membro da base aliada da gestão, no Legislativo –, que desconhece os objetivos e a funcionalidade do *gemellaggio*: “Existe o *gemellaggio*, que, como eu falei, não sei te explicar, não sei para que serve, não entendi, nunca tirei um tempo para descobrir né, então não sei realmente te responder sobre” (Macedo, 2022, p. 131). Esse trecho evidencia o já mencionado desalinhamento entre os Poderes. Outra amostra é quando o entrevistado 3 questiona se as entrevistas já haviam sido realizadas com “o pessoal do MDB”, que teriam as respostas corretas, embora tal entrevistado também faça parte da base aliada da atual gestão. Revela-se, então, a existência de questões partidárias que são discutidas “a portas fechadas”, o que dificulta aqui suposições mais claras, assim como a definição de estratégias de convencimento mais precisas.

Um ponto promissor é o alinhamento da gestão pública a parâmetros internacionais, vide o reconhecimento já existente de Marau enquanto cidade educadora, como títulos em outras

14. Disponível em: <http://transparencia.pmmarau.com.br/transparencia/#?AcessoIndividual=lnkPPA>.

15. Disponível em: <http://transparencia.pmmarau.com.br/transparencia/?AcessoIndividual=lnkLOA>.

áreas ou agendas globais multitemáticas, por exemplo a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entende-se que a adesão aos ODS implicaria não uma internacionalização imediata, mas uma tradução das políticas locais em uma língua comum do plano internacional, dado o caráter universal e a aplicabilidade multinível das metas. É pelo processo de localização dos ODS, relacionado “tanto com a forma como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS através de ações de baixo para cima como com a forma como os ODS podem fornecer um quadro para as políticas de desenvolvimento local” (GTF, UN-HABITAT e UNDP, 2018), que essa agenda global pode ter sua implementação acelerada e garantida para além de 2030 (Oosterhof, 2018, p. 12). Nesse sentido, a localização implicaria em sensibilizar agentes municipais e comunidade para a compreensão clara da conexão entre objetivos locais e globais, demonstrando, no contexto local, em que aspectos os governos e as partes interessadas do município podem contribuir para a consecução dos ODS e como a comunidade se beneficiaria (Oosterhof, 2018, p. 12). Assim, o município estaria mais preparado para dialogar com o plano internacional.

Marau, no entanto, apresenta um desempenho mediano nos indicadores municipais dos ODS: de acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), o município apenas atingiu o ODS 9, o qual se refere a indústria, inovação e infraestrutura (construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação), apresentando, na consecução dos demais objetivos, níveis variados de desafios a serem superados, o que resulta em uma nota 54 de 100 e em uma classificação de 819 entre os 5.568 municípios brasileiros.¹⁶ Além disso, a gestão parece ter conhecimento limitado do assunto. Quando questionados sobre a Agenda 2030 e os ODS, apesar de haver maioria de respostas positivas quanto ao conhecimento do assunto, houve registros de casos em que o entrevistado dizia conhecer a agenda, mas não os ODS (ou vice-versa), o que demonstra conhecimento incompleto do tema (Macedo, 2022). Diante disso, medidas de conscientização sobre essa agenda global seriam benéficas para proporcionar condições de concretizar seus objetivos no cenário local, melhorando a performance do município com relação a essas métricas internacionais.

Tais esforços iriam ao encontro de princípios como políticas públicas pautadas em dados e da transparência no setor público, respostas recorrentes nas entrevistas ao questionar sobre quais as prioridades da gestão e os respectivos meios de defini-las (Macedo, 2022).

Nós temos, na nossa gestão, trabalhado muito com profissionalismo e muito com base de dados, tá? A gente tem deixado de lado a questão do empirismo, a questão do achismo e da tomada de decisão somente pelo pensamento ou pelo *feeling* do gestor. Então, nós, desde 2017, optamos por ter uma base de dados, enfim, fazendo essa coleta diária de informações para, em cima desses indexadores [sic], tomar a decisão (Macedo, 2022, p. 218).

Isso também ajudaria a garantir maior credibilidade não só ao processo de internacionalização, mas ao fazer político como um todo, garantindo respaldo internacional aos projetos e rompendo com o senso comum de que atuar internacionalmente é apenas oportunidade de turismo para os gestores públicos. Inserir-se em e apropriar-se de agendas globais, como os ODS, nesse viés, aplicando seus parâmetros na ação local, por meio da avaliação de necessidades municipais simultânea ao desenvolvimento de capacidades de gestão alinhadas ao léxico internacional, permitiriam ao governo local estabelecer critérios de eficiência e responsividade de sua atuação visíveis e passíveis de monitoramento pelos seus agentes e cidadãos (Oosterhof, 2018, p. 12). Em suma, um projeto de internacionalização,

16. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4311809/>.

quando planejado em acordo com um diagnóstico e pensado em convergência a padrões internacionais previamente escolhidos, pode garantir uma atuação internacional fidedigna à realidade local e às suas demandas, mas “traduzida” em uma língua comum de indicadores e metas universais.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. Debates teóricos sobre la acción exterior de los gobiernos no centrales: una propuesta sintetizadora respecto de la paradiplomacia. **Papel Político**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/papelpol/article/view/32488>. Acesso em: 31 ago. 2023.

ATLETAS de karatê de Marau se destacam em competição mundial. **Vang FM**, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://www.vangfm.com.br/noticia/atletas-de-karate-de-marau-se-destacam-em-competicao-mundial/36381>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BERNARDI, F. **História de Marau**: uma comunidade laboriosa. Porto Alegre: Pallotti, 1992.

_____. **Marau**: um século de história. Passo Fundo: Berthier, 2018.

CLAUSEN, D. Looking for city diplomacy in small places. **CPD Blog**, 27 out. 2022. Disponível em: <https://uscpublicdiplomacy.org/blog/looking-city-diplomacy-small-places>. Acesso em: 6 set. 2023.

CNM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Atuação internacional municipal**: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente sua cidade. Brasília: CNM, 2008.

CORNAGO, N. Perforated sovereignties, agnostic pluralism and the durability of (para)diplomacy. In: CONSTANTINOU, C. M.; DERIAN, J. der (Ed.). **Sustainable diplomacies**. London: Palgrave Macmillan, 2010. p. 89-108.

DUCHACEK, I. D. **Toward a typology of new subnational governmental actors in international relations**. Berkeley: Institute of Governmental Studies, 1987.

FARIA, C. A. P. de. **Políticas públicas e relações internacionais**. Brasília: Enap, 2018.

FRIPP, L. E. **Marauvilha para sempre**. [s.l.]: s.n, s.d.

FROIO, L. R.; MEDEIROS, P. E. A. Internacionalização de cidades pequenas: o caso dos municípios paraibanos. **Relações Exteriores**, 3 out. 2020. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/internacionalizacao-de-cidades-pequenas>. Acesso em: 27 jan. 2021.

GTF – GLOBAL TASKFORCE OF LOCAL AND REGIONAL GOVERNMENTS; ONU-HABITAT – UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME; UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Roadmap for localizing the SDGs**: implementation and monitoring at subnational level. [s.l.]: GTF; UN-HABITAT; UNDP, 2018. Disponível em: https://www.uclg.org/sites/default/files/roadmap_for_localizing_the_sdgs_0.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configuração atual e tendências da rede urbana. Brasília: Ipea, 2002.

JUNQUEIRA, C. G. B. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. **BIB**, São Paulo n. 83, p. 43-68, 2017.

_____. **Entre interesses e identidades, o que querem e o que são?** A atuação internacional dos governos subnacionais argentinos e brasileiros no Mercosul (1995-2018). 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence**. London: Longman, 2011.

LAISNER, R. C.; SIMINI, D. G. Legitimidade constitucional da atuação internacional dos municípios brasileiros: uma leitura à luz da teoria da Constituição Dirigente. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 55-72, abr. 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4477/pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MACEDO, G. V. de. **A atuação internacional de cidades pequenas: um estudo de caso para cidade de Marau-RS**. 2022. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

MARAU. Lei nº 4.840, de 22 agosto de 2012. Autoriza o município de Marau a realizar ato de intercâmbio “*gemellaggio*”, com o município de Isola Vicentina/Vicenza – Itália. **Diário Oficial**, Marau, 22 ago. 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/m/marau/lei-ordinaria/2012/484/4840/lei-ordinaria-n-4840-2012-autoriza-o-municipio-de-marau-a-realizar-ato-de-intercambio-gemellaggio-com-o-municipio-de-isola-vicentina-vicenza-italia?q=4.840>. Acesso em: 21 dez. 2021.

_____. Lei nº 5.166, de 22 de maio de 2015. **Diário Oficial**, Marau, 22 maio 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/m/marau/lei-ordinaria/2015/517/5166/lei-ordinaria-n-5166-2015-prefeito-municipal-de-marau-no-uso-de-suas-atribuicoes-legais-faco-saber-em-cumprimento-ao-disposto-na-lei-organica-do-municipio-de-marau-que-o-poder-legislativo-aprovou-e-eu-sanciono-a-seguite-lei?q=5166>. Acesso em: 21 dez. 2021.

MARAU assina termo para aquisição de vacina contra covid-19 pelos municípios. **Vang FM**, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dosJU>.

MARAU é oficializada como Cidade Educadora. **Prefeitura de Marau**, 27 ago. 2019. Disponível em: <http://www.pmmarau.com.br/noticias-geral/648-marau-e-oficializada-como-cidade-educador>. Acesso em: 21 dez. 2021.

OLIVEIRA, O. P. de; PAL, L. A. Novas fronteiras e direções na pesquisa sobre transferência, difusão e circulação de políticas públicas: agentes, espaços, resistência e traduções. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 199-220, 2018.

OOSTERHOF, P. H. Localizing the Sustainable Development Goals to accelerate implementation on the 2030 Agenda for sustainable development: the current state of Sustainable Development Goal localization in Asia and the Pacific. **The Governance Brief**, n. 33, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://www.adb.org/publications/sdgs-implementation-2030-agenda-sustainable-development>. Acesso em: 7 set. 2023.

RIBEIRO, M. C. M. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras**. Salvador: Edufba, 2009.

SCHIAVON, J. A. **Comparative paradiplomacy**. Nova York: Routledge, 2019.

SOLDATOS, P. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. *In*: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. (Ed.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990. p. 34-53.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VILLARRUEL, D. **El interés local internacional de los gobiernos no centrales: análisis comparativo de la paradiplomacia en Cataluña, Jalisco y Valparaíso**. Guadalajara: Editoriales e Industrias Creativas de México SA de CV, 2016.

VILLARRUEL, D. *et al.* Actores e intereses en la construcción del interés local internacional del estado de Jalisco. *In*: VILLARRUEL, D.; PACHECO, R. F. L.; GÓMEZ, M. A. S. (Coord.). **Actores locales, impactos globales: aportes académicos em paradiplomacia**. Guadalajara: Editorial Universidad de Guadalajara, 2020.

